



Contate-nos:

comunica.amazonia@cnbb.org.br

O presente informe tem por finalidade socializar o cronograma de atividades relativas a Amazônia, pautadas pelo Congresso Nacional, para a semana corrente e não tem por objetivo ser um subsídio de reflexão.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na tentativa de corresponder aos apelos da COP26 há, na Câmara Federal, no decorrer desta semana, uma predominância de pautas de cunho ambiental, como os que seguem:

- PL 1.873/2021 - Estabelece o Programa Nacional dos *Combustíveis Avançados Renováveis* com o objetivo de incentivar a pesquisa e fomentar a produção e consumo dos biocombustíveis avançados;

- PL 2.405/2021 - Altera a lei que cria o *Fundo Nacional de Meio Ambiente*, para dispor sobre a aplicação prioritária de recursos em projetos de energia limpa e renovável;

- PL 2.148/2015 - Estabelece redução de tributos para produtos adequados à economia verde de baixo carbono.

Além destas, as atenções voltam-se para:

- MP nº 1.058/2021 – *Recriação do Ministério do Trabalho*. Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 1.058, de 2021, que altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério do Trabalho e Previdência, e dá outras providências.

- PEC 23/2021 - *Precatórios*. Houve a votação em primeiro turno, faltando, agora, os destaques e o segundo turno. Justificada pelo necessário auxílio às famílias durante a crise que atravessamos, a proposta abre espaço para manobras políticas com liberação de verbas em período eleitoral. O necessário para o novo auxílio é estimado em 40 bilhões e o espaço fiscal aberto com a PEC pode chegar a 100 bilhões. A causa é justa, mas, os meios polêmicos e questionáveis.

COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Legislação Participativa, Idoso

- Aconteceu ontem (08/11), uma audiência pública para refletir sobre "*Fraternidade e Amizade Social: 1 ano da Carta Encíclica Fratelli Tutti*". Iniciativa da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), formalizada com o requerimento de autoria dos parlamentares: Maria do Rosário (PT-RS), Vicentinho (PT-SP), Patrus Ananias (PT-MG), Padre João (PT-MG), Helder Salomão (PT-ES), Camilo Capiberibe (PSB-AP), Tereza Nelma (PSDB-AL), Lídice da Mata (PSB-BA), José Ricardo (PT-AM). Participaram: Dom Walmor Oliveira de Azevedo - Presidente da CNBB; Dom Leonardo Steiner - arcebispo de Manaus; Dom Jesus López Mauleón - bispo da Prelazia do Alto Xingu; Daniel Seidel - Secretário-executivo da CBJP; Padre Júlio Lancelotti - pároco da paróquia São Miguel Arcanjo (SP); Makota Célia Gonçalves - Centro Nacional de Resistência Afro-brasileira; Sônia Oliveira - Presidente do Conselho Nacional de Leigos do Brasil (CNLB); Mariana Oliveira - Economia de Francisco e Clara.

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

- Audiência Pública Extraordinária conjunta das Comissões de Minas e Energia (CME) e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), dia 10/11, com o tema: "*Um novo pré-sal no arco norte do território brasileiro*". A audiência inicia uma discussão, que necessita acompanhamento, sobre a possibilidade de exploração de petróleo e gás na região norte do país.

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

- Audiência Pública Extraordinária, dia 10/11, com o tema "*homologação do Tombamento do Encontro das Águas, entre o Rio Negro e o Rio Solimões*". O requerimento é de autoria do Deputado José Ricardo (PT-AM). O Encontro das Águas, espaço ecológico constituído por elementos naturais, culturais e sociais completou o seu décimo ano de tombamento em 2020. A decisão sobre o tombamento ocorreu durante reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN (ATA DE REUNIÃO Nº 65, 04 DE novembro de 2010).

Comissão de Minas e Energia

PL nº 5.822/2019 - do dep. Delegado Éder Mauro (PSD-PA) - que "acrescenta redação à Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para *viabilizar o licenciamento ambiental de lavras garimpeiras de pequeno porte em Unidades de Conservação de Uso Sustentável do tipo Floresta Nacional*".

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

PL nº 8.262/2017 - do dep. André Amaral (PROS-PB) - que "dispõe sobre a *retirada de invasores de propriedade privada*". O proprietário esbulhado poderá requerer o auxílio de força policial para retirada dos invasores, desde que apresente escritura pública que comprove a propriedade do imóvel; o que dispensaria a necessidade de ordem judicial.

SENADO FEDERAL

As atenções no plenário do Senado voltam-se para:

- PEC nº 29/2020, que introduz a *renda básica* como direito social. Relator: Sen. Antonio Anastasia (PSD-MG). Pendente de leitura de parecer.

COMISSÃO DO SENADO

Audiência pública sobre a regularização fundiária

As Comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e Comissão de Meio Ambiente (CMA), realizarão, dia 12/11, às 8hs, a terceira e última audiência pública sobre os PLs 2633/20 e 510/21. Dom José Ionilton Lisboa participou da segunda.